



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Reina, Donizete; Nunes, Patrícia; Sell Macedo Junior, Jurandir; Rodrigues Vicente, Ernesto Fernando;  
Maximiano Reina, Diane Rossi

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR) APRESENTADA  
NUMA PERSPECTIVA TEÓRICA: UM CONTRAPONTO COM A LEI 11.638/2007 SOB A VERTENTE  
GERENCIAL

Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 28, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 42-58

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307124253003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR) APRESENTADA NUMA PERSPECTIVA TEÓRICA: UM CONTRAPONTO COM A LEI 11.638/2007 SOB A VERTENTE GERENCIAL

## Donizete Reina

Mestre em Ciências Contábeis  
pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Professor do curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ensino  
Superior da Grande Florianópolis  
dreina2@hotmail.com

## Patrícia Nunes

Mestre em Ciências Contábeis  
pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Professora do curso de Ciências Contábeis da UNISUL.  
patricia\_contabeis@hotmail.com

## Jurandir Sell Macedo Junior

Pós-Doutorando da Université Libre de Bruxelles-Belgica  
Professor do Departamento de Ciências Contábeis da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
jurandir@cse.ufsc.br

## Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Doutor em Administração pela FEA/USP  
Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da  
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC  
e.fernando@cse.ufsc.br

## Diane Rossi Maximiano Reina

Professora do Curso de Ciências Contábeis do  
Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis  
dianereina@hotmail.com

## RESUMO

Há muito se comentava a respeito da substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), (FIECAFI, 1994). O esperado ocorreu e o Brasil, seguindo uma tendência mundial, substituiu a DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa. No entanto, mesmo sem a obrigatoriedade de sua publicação, a DOAR poderá ser utilizada para fins gerenciais. Uma das vantagens da utilização da DOAR se comparada a DFC consiste no fato dela possibilitar a apresentação da dinâmica financeira da empresa com base nas entradas e saídas de recursos em um determinado período com muito mais riqueza de detalhes do que apenas a diferença das contas entre períodos como é apresentado pela DFC. Neste sentido, esta pesquisa objetiva apresentar as diferenças existentes entre a Lei 6.404/1976 e o modelo proposto por Braga (2006) sobre a DOAR, por meio de uma perspectiva teórica ilustrativa, demonstrando sua utilização para fins gerenciais, fazendo um contraponto com a Lei 11.638/2007. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa é teórica de natureza conceitual aplicada, com lógica dedutiva, fonte primária de dados, é descritiva com abordagem qualitativa. Resultados: destaca-se o campo das origens, onde o autor supracitado complementa a Lei 6.404/1976 ao ajustar o lucro das operações com os fatos contábeis que alteram os grupos não circulantes com reflexos nas contas de resultado, como exemplos, variações monetárias ativas/passivas, lucro/prejuízo nas alienações do permanente, etc. Observou-se também diversos aspectos quanto a importância da DOAR para fins gerenciais mesmo com a desobrigatoriedade da Lei 11.638/2007.

**Palavras-chave:** Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Lei 6.404/1976. Lei 11.638/2007.

## STATEMENT OF CHANGES IN FINANCIAL POSITION (SCFP) PRESENTED IN A THEORETICAL PERSPECTIVES: A COUNTERPOINT TO LAW 11.638/2007 A STRAND MANAGEMENT

## ABSTRACT

It has long been commenting about the replacement of the Statement of Changes in Resources (DOAR) the Statement of Cash Flows (CFD), (FIECAFI, 1994). The expected happened and Brazil, following a

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 28	n. 2	p. 42-58	maio / agosto 2009
------------------	--------------	-------	------	----------	--------------------

worldwide trend, DOAR replaced by the Statement of Cash Flows. However, even without a requirement for its publication, the DOAR may be used for management purposes. One of the advantages of using DOAR compared to DFC in fact it is possible to provide the financial dynamic of the company based on entry and exit of resources in a period with much more richness of detail than just the difference between audit periods as presented by the DFC. This sense, this paper aims to present the differences between the Law and 6.404/1976 model proposed by Braga (2006) on the SCFP, through a theoretical perspective illustrative, demonstrating their use for management purposes, as a counterpoint to the Law 11.638/2007. As for methodological issues, the research is theoretical in nature conceptual applied, with deductive logic, a primary source of data, is descriptive with a qualitative approach. Results: it is the field of origins, where the author complements the aforementioned Law 6.404/1976 to adjust the profit on accounting transactions with the facts that the groups did not alter circulating with the result reflected in the accounts, as examples, monetary variation active /passive, profit / loss on disposals of permanent, and so on. There was also several points about the importance to SCFP for management even with the no obligation of Law 11.638/2007.

**Keywords:** Statements of Changes in Financial Position (SCFP). Law 6.404/1976. Law 11.638/2007.

## 1 INTRODUÇÃO

Há muito se comentava a respeito da substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), conforme já abordado em FIPECAFI (1994). O esperado ocorreu e o Brasil, seguindo uma tendência mundial, substituiu a DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa. No entanto, mesmo sem a obrigatoriedade de sua publicação, a DOAR poderá ser utilizada para fins gerenciais. Uma das vantagens da utilização da DOAR se comparada a DFC consiste no fato dela possibilitar a apresentação da dinâmica financeira da empresa com base nas entradas e saídas de recursos em um determinado período com muito mais riqueza de detalhes do que apenas a diferença das contas entre períodos como é apresentado pela DFC.

A Lei 6.404/1976, antes das alterações sofridas em dezembro de 2007, fazia algumas exigências quanto a sua estruturação. No entanto, segundo Matarazzo (2003, p.381), “a DOAR pela legislação societária é muito pobre para a análise”. O autor, inclusive não apresentou na última edição de seu livro um capítulo destinado, especificamente, à DOAR como fazia nas edições anteriores. Casualidade? Possivelmente não, porém, vislumbres do autor citado em relação à necessidade de mudanças e/ou ajustes neste demonstrativo.

Conforme mencionado no parágrafo anterior a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, mais conhecidamente como “DOAR” sofreu alterações por força da Lei 11.638/2007. E essas alterações esta relacionada à sua desobrigatoriedade conforme será discutido em tópico específico na próxima seção.

Diante desta abordagem, chama-se a atenção para análises mais acuradas em relação à Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) regulamentada pela Lei 6.404/1976 e o modelo proposto por Braga (2006) referente ao mesmo demonstrativo no intuito de evidenciar quais são as vantagens deste sobre aquele. E neste contexto, apresentar que a Lei 11.638/2007 desobriga as empresas da apresentação do demonstrativo por conta de sua substituição, e as vantagens convergentes para fins gerenciais. Assim, a pergunta que norteia esta pesquisa é: Qual a diferença entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) chancelada pela Lei 6.404/1976 com o modelo proposto por Braga (2006) sob as implicações da Lei 11.638/2007?

A fim de responder o questionamento estabelecido no parágrafo anterior, tem-se o seguinte objetivo geral: Apresentar as diferenças existentes entre a Lei 6.404/1976 e o modelo proposto por Braga (2006) no que tange a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), por meio de uma perspectiva

teórica ilustrativa, demonstrando sua utilização para fins gerenciais, fazendo um contraponto com a nova Lei 11.638/2007. E como objetivos específicos têm-se: Investigar na literatura sobre a variação do Capital Circulante Líquido; apresentar a estrutura da DOAR segundo a Lei 6.404/1976; apresentar a montagem da DOAR segundo Braga (2006); descrever as diferenças entre a DOAR segundo a Lei 6.404/1976 e a DOAR conforme Braga(2006) e verificar as contribuições de cada modelo com base em uma simulação, fazendo um contraponto com a Lei 11.638/2007.

Esta pesquisa contribui por apresentar um estudo didático para entendimento da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) por meio de um caso hipotético. Num segundo momento ressalta as principais diferenças entre as formas de calcular a DOAR dando ênfase à continuidade de sua utilização. E por fim contribui com a apresentação de um contraponto entre a desobrigatoriedade de apresentação da DOAR pelas empresas e a nova Lei 11.638/2007.

A pesquisa se encontra estruturada em 5 seções, após esta de caráter introdutório, a segunda seção apresenta o referencial teórico, a terceira seção aborda os aspectos metodológicos, a quarta seção apresenta os resultados de um estudo hipotético, a seção 5 traz as considerações finais e recomendações e por fim apresentam-se as referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

A variação do capital circulante ocorre da diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante entre dois períodos. Quando o ativo circulante é maior do que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio. Por outro lado, quando o ativo circulante é menor do que o passivo circulante, tem-se um capital circulante líquido negativo ou de terceiros. Essa variação será denominada positiva quando o montante do ativo circulante apresentar valor

superior ao montante do passivo circulante. Em contrapartida, será denominada negativa a variação que apresentar passivo circulante superior ao montante do ativo circulante. Segundo Braga (2006, p.114):

Tais situações explicam-se pelo fato de que o capital circulante líquido representa a “corrente sanguínea” da empresa que precisa ser alimentada (renovada e oxigenada) para poder atingir os fins desejados com base nos planos traçados pela administração.

Dessa forma, quando houver mais origens do que aplicações, o montante que exceder será enviado para o devido abastecimento do capital circulante líquido. Esse abastecimento poderá ocorrer de várias formas: poderá ser aplicado no próprio ativo circulante ou na redução do passivo circulante.

Todavia, quando ocorrer menos origens que aplicações, o capital circulante líquido será utilizado de várias formas: poderá ser reduzido o ativo circulante, mediante disponibilidades financeiras ou aumento de passivo circulante, mediante empréstimo bancário entre outras.

A apresentação da variação do capital circulante líquido aparece no último tópico da DOAR, corroborando, Ribeiro afirma que (2005, p. 309), “as transações ocorridas durante o exercício social que provocaram a diferença entre o capital circulante líquido atual e o anterior serão indicadas na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos”.

Vale ressaltar que apenas são demonstradas as diferenças entre os totais dos montantes do ativo e passivo circulante. É permitido supor que para fins de análise, seria importante para os usuários das informações contábeis terem a disposição as modificações internas no capital circulante líquido, mesmo tendo a disposição o Balanço Patrimonial com as bases para construí-la. De acordo com FIPECAFI (2007, p. 438) “Essa análise pode mostrar, por exemplo, uma melhoria no capital circulante líquido por um excessivo aumento de estoques”.

No próximo item, é apresentado o conceito da DOAR de acordo com vários autores, bem como segundo a Lei 6.404/1976, Braga (2006) e a Lei 11.638/2007.

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)

A DOAR destaca o que ocorreu com o capital circulante líquido da empresa. Segundo Barbieri (1995, p. 15) “O que se procurou com essa demonstração foi evidenciar a movimentação de recursos financeiros que passam por dentro de uma empresa e que não aparecem na demonstração de resultado”. Todavia, não se limita a demonstrar as mutações de caixa e por isso, sua nomenclatura não está correta. Segundo Gouveia (1979, p.27) “Analisando isoladamente o título da demonstração, poderíamos concluir que essa peça contábil deveria indicar efetivamente todas as entradas e saídas de numerário da companhia, ou seja, seria o próprio “fluxo de caixa” da empresa”. Já para FIPECAFI (2007, p. 424):

Essa demonstração não deve ser confundida com as demonstrações que visam somente ao fluxo das disponibilidades, como o Fluxo de Caixa. De fato, esta visa tão somente mostrar as entradas e saídas de dinheiro, ao passo que a DOAR é mais abrangente, não só por ter as variações em função do Capital Circulante Líquido, em vez de Caixa, mas também por representar uma demonstração das mutações na posição financeira em sua totalidade.

Para Ribeiro (2002, p.95) “A DOAR é um recurso

contábil destinado a evidenciar, num determinado período, as modificações que deram origem às variações no capital circulante líquido da entidade”. Logo, percebe-se que essa demonstração apresenta as modificações na posição financeira entre dois exercícios. Em, Matarazzo (1985 p. 171), “A DOAR, por suas características, é, entre as demonstrações financeiras, a que está mais voltada para o futuro da empresa.” Através da extração de índices financeiros é possível traçar o perfil da empresa quanto à sua capacidade de amortização de dívidas, liquidez futura, capital circulante líquido e capital de giro próprio futuros.

Para Ribeiro (2005, p.309), a DOAR tem como objetivo indicar as modificações ocorridas na posição financeira da empresa. Já para Crepaldi (2002, p.208):

A DOAR procura evidenciar as origens e as fontes dos valores que afetam o Capital Circulante Líquido, assim, é possível avaliar mais adequadamente a liquidez de curto prazo de uma empresa, identificando os fatores que contribuem para a alteração da posição financeira de curto prazo.

Com o intuito de diferenciar a DOAR das demais Demonstrações exigidas pela Lei 6.404/1976 foi criado o Quadro 1.

## 2.3 DOAR SEGUNDO A LEI 6.404/1976.

A seguir é apresentado a DOAR conforme a estrutura e informações atribuídas pelo art. 188 da Lei 6404/1976.

Balanco Patrimonial	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
Apresenta os Investimentos (Aplicações) totais e os Financiamentos (Origens) totais em dado momento.	Apresenta de forma detalhada a Movimentação dos Investimentos e Financiamentos não correntes entre dois períodos
Demonstração do Resultado do Exercício	Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
O Fluxo de recursos são medidos em termos econômicos. Seu saldo representa aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido.	As origens operacionais ajustam o Lucro Econômico encontrado na DRE. Dessa forma, obtém-se o Lucro Operacional efetivo do período.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
Apresenta a Movimentação ocorrida nas contas do Patrimônio Líquido.	Demonstra quais as movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido que representam aplicações ou origens de recursos.
Fluxo de Caixa	Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
Apresenta as Entradas e saídas de Caixa	Demonstra todas as entradas e saídas de recursos da empresa, independente de serem em espécie.

**Quadro 1 - Diferenças entre a DOAR e as demais Demonstrações Contábeis apresentadas**

Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Matarazzo (2003, p.381) “DOAR pela legislação societária é muito pobre para a análise” logo, a pesquisa em epígrafe evidencia que de acordo com parte dos autores pesquisados, essa demonstração com base na Lei 6.404/1976 não atinge o objetivo principal, ou seja, não fornece informações gerenciais corretas.

O Art. 188 da Lei 6.404/1976 demonstra os critérios de apresentação e conteúdo da DOAR. Dentre as informações apresentadas, a Lei 6.404/1976 afirma que a DOAR tem como objetivo indicar as modificações na posição financeira da companhia ao descriminar: I - As origens de recursos são agrupadas em: Lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros; Realização do capital social e contribuições para reservas de capital; Recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado. II - As aplicações de recursos, agrupadas em: Dividendos distribuídos; Aquisição de direitos do ativo imobilizado; Aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido; Redução do passivo exigível a longo prazo. III - O excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido; IV - Os saldos, no início e no fim do exercício, do Ativo e Passivo Circulantes, o montante do Capital Circulante Líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

A Lei 6.404/1976 apresenta algumas lacunas e no que tange o ajuste do lucro, FIPECAFI (2007, p. 427) aborda, “Há outros itens importantes que alteram o resultado, mas não afetam o Capital Circulante Líquido, e a Lei deixou de mencionar, mas evidentemente, devem ter o mesmo tratamento de serem adicionados ou deduzidos do Lucro Líquido”.

## 2.4 DOAR SEGUNDO BRAGA (2006)

Braga (2006) reconhece como origens os itens: Recursos provenientes das Operações: Lucro ou

Prejuízo Líquido do Exercício e valores que não afetam o capital circulante líquido: (Quotas de depreciação, amortização ou exaustão), computadas como custo ou despesas no resultado do Exercício; Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado na alienação de investimentos/Imobilizado; Variações Monetárias Passivas sobre obrigações a longo prazo; Variações Monetárias Ativas indexadas em direitos a longo prazo; outros ajustes que não afetam o Capital Circulante Líquido. Recursos provenientes de Sócios ou Acionistas: Contribuições recebidas para o aumento de capital e Contribuições recebidas para o aumento de reservas de capital; Recursos provenientes de Capitais de Terceiros a Longo Prazo: Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo (especificar); Recursos provenientes da Realização de Ativos de Longo Prazo e Permanentes: Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo (especificar); Redução do Ativo Permanente (especificar);

O autor reconhece como aplicações os itens: Recursos Aplicados na Realização das Operações; Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício, Ajustado pelas variações que não afetam o Capital Circulante Líquido, e pela variação do resultado de exercícios futuros; Recursos aplicados na remuneração de Sócios ou Acionistas; Participações nos Lucros ou dividendos atribuídos a sócios ou acionistas; Recursos aplicados na liquidação ou redução de obrigações a Longo Prazo; Diminuição do Passivo Exigível a Longo Prazo (especificar); Recursos aplicados na Aquisição de Ativos de Longo Prazo e Permanente; Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo (especificar); Aumento do Ativo Permanente (especificar); Recursos aplicados no Resgate, Reembolso ou Amortização de Capitais Próprios; Diminuição do Patrimônio Líquido (especificar);

## 2.5 LEI 11.638/2007

A Lei 11.638/2007 é oriunda do Projeto-Lei 3.741/2000 que altera as Leis 6.404 e 6.385 ambas de 1976. A Lei 11.638/2007 foi sancionada em 28 de Dezembro de 2007, entrando em vigor no dia 01 de Janeiro de 2008. Como prerrogativa a Lei 11.638/2007 tem por finalidade ajustar determinadas disposições que impediam a

adoção das normas internacionais, introduzindo disposições novas já alinhadas com as regras internacionais e determinando que daqui para frente, todas as normas contábeis emitidas pela CVM sejam convergentes com as normas internacionais (IUDICIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2008).

Até o ano de 2010 a Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC) possui uma agenda, onde as normas contábeis brasileira deverão estar alinhadas as normas internacionais juntamente com os pronunciamentos do International Accounting Standards Board (IASB). As alterações na Lei 6.404/1976, dadas pela Lei 11.638/2007 demonstra a preocupação em reduzir cada vez mais a distância entre o padrão contábil brasileiro e internacional. Dentre as alterações trazidas pela referida Lei, encontra-se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), conforme “Art. 176”.

Segundo Braga e Almeida (2008) a Lei 11.638/2007 procura criar condições para harmonizar as praticas contábeis adotadas no País com as praticas e demonstrações exigidas nos principais mercados financeiros mundiais. Nesse sentido, observa-se a importância dessa Lei no sentido de convergir esforços na elaboração e apresentação de informativos que tenham padrão aceito conforme normas internacionais.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa se enquadra como sendo teórica, de natureza conceitual aplicada por combinar características conceituais como as abordagens sobre Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) tanto sob a ótica de Lei 6.404/1976 bem como sob o modelo proposto por Braga (2006) com aplicação por meio de um estudo hipotético-ilustrativo. Neste sentido, estudos conceituais aplicados combinam algumas características dos estudos conceituais com as dos ilustrativos (ALAVI e CARLSON, 1992).

Quanto à lógica da pesquisa, admite-se que este

estudo é de caráter dedutivo, pois é apresentada uma estrutura teórica sob dois focos Lei 6.404/1976 e o Modelo de Braga (2006). Embora, não exista aplicação prática o estudo teórico é desenvolvido e testado de forma hipotética, porém, apresentando as peculiaridades e a importância de cada foco. Para Iudícibus (2004) se o pesquisador tem o que acredita ser uma resposta a uma questão de pesquisa, mas deseja confirmá-la, ele está engajado em uma pesquisa dedutiva.

Os dados utilizados para este estudo podem ser considerados de fonte primária, pois, foram idealizados pelos próprios autores para serem utilizados de forma didática. Para Richardson (1999) uma fonte primária é aquela que tem relação direta com o acontecimento, como questionários, entrevistas, entre outros.

O presente estudo é de natureza descritiva, pois visa descrever fatos de um estudo hipotético. Segundo Richardson (1999, p. 71) “os estudos de natureza descritiva propõem-se investigar o “que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou indivíduo”. Para Andrade (2002) apud Beuren (2003, p. 80) o estudo descritivo preocupa-se em “(...) observar os fatos, registrá-los, classificá-los e interpretá-los (...)”.

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa, é qualitativa porque não visa utilização de instrumentos estatísticos. E, embora, utilize porcentagens é qualitativa, pois as porcentagens são apenas para representar resultados e não para obtenção dos mesmos. Segundo Richardson (1999, p. 79), “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo á medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema”.

A presente pesquisa possui como delimitação a não generalização dos resultados para outros estudos hipotéticos, uma vez que se baseou em um exemplo ilustrativo idealizado pelos autores.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA SIMULAÇÃO E TESTES DOS MODELOS DA DOAR APRESENTADOS.

Conforme exemplo demonstrado na Tabela 1, pode-se perceber com muita clareza a diferença entre a apresentação da elaboração da DOAR segundo a Lei 6.404/1976 e o modelo segundo Braga (2006). Para tornar possível o teste dos modelos referidos da DOAR, foram criadas várias situações hipotéticas, envolvendo fatos e valores fictícios para elaboração de duas

demonstrações contábeis necessárias para o devido teste.

### 4.1 DADOS DA EMPRESA BETA

#### a) Balanço Patrimonial da Empresa Beta

A Tabela 1 demonstra o balanço patrimonial da empresa Beta, referente ao primeiro exercício social após o início de suas atividades, representado pelo ano de 20X0.

**Tabela 1 - Balanço Patrimonial 20X0**

ATIVO	20X0	PASSIVO	20X0
CIRCULANTE	722,00	CIRCULANTE	140,00
Caixa	61,00	Fornecedores	20,00
Clientes	146,00	Empréstimos Bancários	50,00
Estoques	515,00		70,00
REALIZAVEL A L. PRAZO	200,00	EXIGÍVEL A L. PRAZO	80,00
Clientes	200,00	Financiamentos	80,00
PERMANENTE	200,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	972,00
Imobilizado	200,00	Capital	900,00
Veículos	240,00	Lucros Acumulados	72,00
(-) Depreciações Acumuladas	40,00		
T o t a l	1.122,00	T o t a l	1.122,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante o ano de 2.0X1 foram elaborados os seguintes fatos contábeis:

- Vendeu mercadorias que lhe custaram \$ 300 por \$1.000.
- Recebeu \$ 100 no ato e combinou de receber \$ 600 em 20X2 e \$ 300 em 20X3.
- Incorreu em \$ 50 de despesas com vendas pagando-as todas durante 2.0X1.
- Incorreu em \$ 10 de juros dos Empréstimos Bancários a curto prazo, mas não os pagou.
- Incorreu em \$ 50 de juros dos Financiamentos a Longo prazo, mas não os pagou.
- Incorreu em \$ 70 de despesas administrativas (exceto a depreciação dos Veículos) pagando-as todas em 2.0X1.
- Incorreu \$ 20 em despesas com depreciação de veículos de 2.0X1.

- direito de \$ 200 sobre os clientes existentes em 31/12/X0 registrado no ARLP vai ser recebido durante 2.0X2 (reclassificar).
- Novos Financiamento a Longo prazo foram realizados no valor \$ 100,00. Da dívida existente no Financiamento a Longo prazo \$ 30,00 serão pagos em 20X2 (reclassificar).
- Foi vendido um Veículo por \$150,00 a vista, cujo valor de aquisição importou em \$100,00 e a depreciação acumulado sobre esse bem é de \$ 30,00.
- Do lucro líquido de 2.0X1, \$ 150 serão destinados para dividendos, que serão pagos em 20X2.

Os fatos contábeis narrados acima estão registrados nos Razonetes em forma de "T", inclusive, com o encerramento das contas de resultados, conforme disposto no Quadro 2.

#### b) Razonetes dos fatos contábeis e encerramento das contas de resultados

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 28	n. 2	p. 42-58	maio / agosto 2009
------------------	--------------	-------	------	----------	--------------------



Caixa		Clientes a L. Prazo		Estoque	
s= 61	50	s= 146		s = 515	300
100	70	600		215	
100		200		Fornecedores	
150		946			20 = s
411	120	Deprec. Acumulada		Lucros Acumulados	
291		30	40 = s	150	72 = s
Financiamento L.Prazo			20		580
30	80 = s	30	60	150	652
	50		30		502
	100	Capital		Vendas	
30	230		900 = s	1000	1000
	200	Veiculos		Despesas Administrativas	
Dividendos a Pagar		s = 240	100	70	70
	150	140		Clientes a L. Prazo	
Juros		Despesas C/Vendas		s = 200	200
10		50	50	300	
50		Custo Bens Imob. Vend.		500	200
60	60	100	30	300	
Venda de Bens Imob.		70	70	Empréstimo Banacário	
150	150	Custo Merc. Vendidas			50 = s
Financiamento C.Prazo		300	300		10
	30	Depreciação			60
		20	20		

**Quadro 2 - Razonetes dos fatos criados para elaboração das demonstrações contábeis**

Fonte: Elaborado pelos autores.

## c) Encerramento das contas de resultado

Segundo demonstrado na Tabela 2, observa-se o encerramento das contas de resultado.

**Tabela 2 – Encerramento das contas de resultado**

Resultado do Exercício			
Custo Mercadorias Vendidas	300,00	Venda	1.000,00
Juros	60,00	Vendas Bens	
Despesas c/ Vendas	50,00	Imobilizado	150,00
Despesas Administrativas	70,00		
Depreciação	20,00		
Custo Bens Imobiliz.Vendido	70,00		
	570,00		1.150,00
Transformação Lucros Acumulados	580,00	Saldo	580,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

## d) Demonstração do Resultado do Exercício de 20X1

Após o encerramento das contas de resultado, foram elaboradas as seguintes Demonstrações Contábeis, segundo demonstradas na Tabela 3.

**Tabela 3 - Demonstração do Resultado do Exercício 20X1+++**

1	Receita Operacional Bruta	1.000,00
2	Deduções	-
3	Receita Operacional Líquida (1-2)	1.000,00
4	Custo das Mercadorias Vendidas	300,00
5	Lucro Operacional Bruto (3-4)	700,00
6	Despesas Operacionais	200,00
	Administrativas	90,00
	Comerciais	50,00
	Financeiras Líquidas	60,00
7	Lucro Operacional Líquido (5-6)	500,00
8	Receitas não Operacionais	150,00
9	Despesas não Operacionais	70,00
10	Lucro Final (7+8-9)	580,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

## e) Elaboração do Balanço Patrimonial exercícios de 20X1 e 20X2

Na Tabela 4, é apresentado a elaboração do balanço patrimonial referente á dois exercícios, 20X0 e 20X1.

**Tabela 4 - Balanço Patrimonial dos exercícios 20X0 e 20X1**

ATIVO	20X0	20X1	PASSIVO	20X0	20X1
CIRCULANTE	722,00	1.452,00	CIRCULANTE	70,00	260,00
Caixa	61,00	291,00	Fornecedores	20,00	20,00
Clientes	146,00	946,00	Empréstimos	50,00	
			Bancários		60,00
Estoques	515,00	215,00	Dividendos a Pagar	0,00	150,00
			Financiamentos	0,00	30,00
REALIZAVEL A L.PRAZO	200,00	300,00	EXIGÍVEL A L. PRAZO	80,00	200,00
Clientes	200,00	300,00	Financiamentos	80,00	200,00
PERMANENTE	200,00	110,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	972,00	1402,00
Imobilizado			Capital	900,00	900,00
Veículos	240,00	140,00	Lucros Acumulados	72,00	502,00
(-) Depreciações Acumuladas	40,00	30,00			
T o t a l	1.122,00	1.862,00	T o t a l	1.122,00	1.862,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

## f) Elaboração da DOAR segundo a Lei 6.404/1976

1) Origens			
a) Das Operações			
Lucro do Exercício		580,00	
+ depreciações		20,00	
		<u>600,00</u>	
b) Dos Acionistas			
Aumento de Capital		-	
c) De terceiros			
Aumento no Passivo Exigível a Longo Prazo	120,00		
Alienação de bens do Imobiliário	70,00		
	<u>190,00</u>		
Total das Origens ( a + b + c )	790,00		
2) Aplicações			
Aumento no Realizável a Longo Prazo	100,00		
Dividendos	150,00		
Total	<u>250,00</u>		
3) Modificação na Posição Financ. ( 1 - 2 )	540,00		
4) Variação Ocorrida no Capital Circulante Líquido			
Grupos	20X0	20X1	Variação
Ativo Circulante	722,00	1452,00	730,00
Passivo Circulante	70,00	260,00	190,00
Variações	652,00	1192,00	540,00

**Quadro 3 - DOAR segundo a Lei 6.404/1976**

Fonte: Elaborado pelos autores.

## g) Elaboração da DOAR segundo Braga (2006)

1) Origens			
a) Das Operações			
Lucro do Exercício		80,00	
+ Depreciações		20,00	
+ Variações Monetárias Passivas		50,00	
- Lucro na venda do Imobilizado		-80,00	
Lucro Ajustado		570,00	
b) Dos Acionistas			
Aumento de Capital		-	
c) De terceiros		100,00	
Novos Financiamentos		100,00	
d) Do Ativo			
Reclassificação do Ativo Real. L. Prazo		200,00	
Baixa do Imobilizado pelo valor de venda		150,00	
		<u>350,00</u>	
Total das Origens ( a + b + c + d )		1020,00	
2) Aplicações			
Aumento no Realizável a Longo Prazo		300,00	
Dividendos		150,00	
Reclassificação do Exigível a Longo Prazo		30,00	
Total		480,00	
3) Modificação na Posição Financ. ( 1 - 2 )		540,00	
4) Variação Ocorrida no Capital Circulante Líquido			
Grupos	20X0	20X1	Variação
Ativo Circulante	722,00	1452,00	730,00
Passivo Circulante	70,00	260,00	190,00
Variações	652,00	1192,00	540,00

**Quadro 4 - DOAR segundo Braga (2006)**

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 4.2 ANÁLISE DOS MODELOS DE DOAR APRESENTADOS.

### a) Diferenças dos modelos no que tange os valores das origens

Nas origens das Operações demonstrada pela Lei 6.404/1976, o valor do lucro ajustado apresentou \$ 600,00, enquanto que pelo modelo de Braga (2006), o valor foi de \$ 570,00. A diferença prende-se ao fato de que o primeiro sistema deixou de registrar os ajustes referentes às variações monetárias passivas e o lucro obtido na venda de bens do Imobilizado que distorce o valor do lucro ajustado.

No que tange a diferença entre os modelos referente à venda do Imobilizado consiste em: o primeiro modelo apresenta erroneamente o valor líquido de \$ 70,00 correspondente a diferença entre aquisição e a depreciação registrada no Balanço. Já o segundo modelo, considera o valor que realmente ingressou no Ativo Circulante \$ 150,00, e considera também o lucro apurado na venda como uma redução nas origens das operações que resulta na correta demonstração do valor ingressado no Circulante, bem como o valor verdadeiro do lucro ajustado.

Nas origens de Terceiros, pela Lei 6.404/1976, nota-se que o valor referente aos ingressos provenientes de financiamentos representa o valor de \$120,00. Conforme demonstrado no modelo do autor Braga (2006), esse valor não se justifica, pois os recursos realmente ingressados na empresa provenientes de Terceiros correspondem a \$ 100,00. Outro erro consiste na consideração da venda ocorrida no Imobilizado no valor de \$ 70,00 como uma origem de Terceiros, que na verdade, nada mais é do que uma origem proveniente da alienação de um ou mais bens pertencentes à empresa. Outros equívocos são evidenciados pela falta do registro da reclassificação para o Passivo Circulante no

valor de \$ 30,00 que deverão ser pagos no próximo exercício e a ausência do registro das variações monetárias passivas no valor de \$ 50,00 que alterou o lucro operacional.

Neste sentido, o total das origens apresentadas no modelo seguido pela Lei 6.404/1976 importa em \$ 790,00 que difere do modelo segundo Braga (2006) que resultou na importância de \$ 1.020,00. Destaca-se ainda que o valor de \$ 1.020,00 se justifica pelas origens do Ativo que são: Reclassificação do Ativo realizável a Longo Prazo e baixa na venda de bens do Imobilizado.

### b) Diferenças dos modelos no que tange os valores das aplicações

Nas aplicações demonstradas pelo modelo segundo a Lei 6.404/1976, no que concerne o aumento do Ativo Realizável à Longo Prazo, é apresentado o valor apurado apenas pela diferença entre os dois Balanços. Já de acordo com o modelo do Prof. Hugo da Rocha Braga, é também levado em consideração a reclassificação ocorrida no período. Vale ressaltar que nesse exemplo, não houve problema em considerar o valor apenas pela diferença. Todavia, se tivessem ocorrido no período em análise, variações monetárias ativas no Ativo Realizável a Longo Prazo, o primeiro modelo registraria erroneamente essa variação como se fosse uma aplicação de recursos que na verdade, nada mais é do que um ajuste ao lucro do exercício.

### c) Análise Vertical e Financeira da DOAR segundo Braga (2006)

A DOAR elaborada pela diferença como é feita de acordo com a Lei 6.404/1976 não será analisado, haja vista os valores das origens e aplicações de recursos ali registrados, na sua maioria estarem distorcidos, pois divergem dos fatos contábeis.

1) Origens			
a) das Operações			
Lucro ajustado	580,00		
+ depreciações	20,00		
+ Variações Monetárias Passivas	50,00		
- Lucro na venda do Imobilizado	(80,00)		
	570,00	55,88%	
b) Dos Acionistas			
Aumento de Capital	-		
c) De terceiros			
Novos Financiamentos	100,00	9,80%	
d) Do Ativo			
Reclassificação do Ativo Real. L. Prazo	200,00		
Baixa do Imobilizado pelo valor de venda	150,00		
	350,00	34,31%	
Total das Origens ( a + b + c + d)	1.020,00	100,00%	
2) Aplicações			
Aumento no Realizável a Longo Prazo	300,00	29,41%	
Dividendos	150,00	14,71%	
Reclassificação do Exigível a Longo Prazo	30,00	2,94%	
Total	480,00	47,06%	
3) Modificação na Posição Financ. ( 1 - 2 )	540,00	52,94%	
4) Variação Ocorrida no Capital Circulante Líquido			
Grupos	20X0	20X1	Variação
Ativo Circulante	722,00	1.452,00	730,00
Passivo Circulante	70,00	260,00	190,00
Variações	652,00	1.192,00	540,00

**Quadro 5 - Análise Vertical da DOAR segundo Braga (2006)**

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise vertical da DOAR segundo Braga (2006), demonstra o percentual de cada parte em relação ao total das origens e o total das origens representa 100%. De acordo com Matarazzo (1985, p.188) "Na análise vertical da DOAR, o total das origens será igual a 100 e os demais itens representarão um percentual em relação ao total das origens". Assim, do total das origens, 55,88% teve sua origem proveniente das operações (lucro Líquido Ajustado), 9,80% proveniente de novos financiamentos e 34,31% provenientes do Ativo, sendo: 19,61% referente à reclassificação do Ativo Realizável a Longo Prazo e 14,70% provenientes da venda de bens do Imobilizado.

Para fins de análise, foram comparados os percentuais de origens e de aplicações. Para Matarazzo (1985, p. 189),

A colocação de todos os valores da DOAR em valores percentuais facilita a comparação entre os itens de origens com os de aplicações, pois ficam todos numa mesma base. Assim, será possível comparar os diferentes tipos de origem com as diferentes aplicações. Poder-se-á, por exemplo,

comparar os financiamentos tomados com as aplicações no Ativo Permanente, os recursos gerados pelas operações com os dividendos, o aumento de Capital com a aquisição de bens etc.

Logo, do total das origens de recursos, 52,94% foram aplicados na variação do capital circulante líquido e 47,06% da seguinte forma: 29,41% aplicados no Realizável a Longo Prazo, 14,70% em dividendos distribuídos e 2,95% na reclassificação de financiamento a longo prazo para o Passivo Circulante. Os demais recursos foram todos aplicados no não circulante.

No que concerne a Análise Financeira, ela complementa as informações que não foram obtidas quando da análise financeira do Balanço Patrimonial, ou seja, complementa a análise do Balanço Patrimonial. Como não pertence ao objetivo do trabalho em epígrafe, será apresentado apenas um indicador.

A Capacidade de amortização das dívidas representa um índice calculado com base em dados colhidos através da DOAR e do Balanço

Patrimonial. Ele indica em quantos anos e empresa conseguirá pagar suas dívidas de longo prazo, se mantida a capacidade de gerar recursos do último exercício. Para Matarazzo (1985, p. 175),

Comparado com o prazo real de vencimento das dívidas, dá uma medida da capacidade da empresa em liquidá-las e, conseqüentemente, da adequação entre sua capacidade de gerar recursos e o nível de endividamento assumido. Se conseguir pagar as dívidas em prazo inferior ao do vencimento, terá potencial de elevar seu CCL ou de efetuar novos investimentos no Ativo Permanente. Se com recursos gerados pelas operações não conseguir pagar suas dívidas no prazo, então a tendência é de o CCL reduzir-se em virtude de ser utilizado para pagar as dívidas de longo prazo.

Logo, trata-se de um índice importante para a avaliação de tendências da empresa. Ele representa um sinal de alerta no que tange a tomada de decisão.

Fórmula da Capacidade de Amortização das Dívidas segundo Matarazzo (1985, p. 175): CAD: Exigível a Longo Prazo / Recursos Gerados Disponíveis, RGD: Lucro ajustado – dividendos – taxa de inflação x CCL inicial, Cálculo: RGD = 500-150-(652 x 10%), RGD = 284,80. CAD = 200 / 284,80, CAD = 0,70, CAD = 0,70 x 12, CAD = 8 meses. Foi considerada uma taxa de inflação de 10%.

Por fim, através da aplicação da fórmula da Capacidade de Amortização das Dívidas é possível evidenciar que com o lucro gerado no exercício em questão, a empresa terá condições de pagar sua dívida de longo prazo em 8 meses.

#### 4.3 CONTRAPONTO COM A LEI 11.638/2007

A Lei 11.638/2007 apresenta que as empresas estão desobrigadas de apresentar a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos(DOAR), no entanto, mesmo desobrigadas as empresa ainda podem utilizar esse demonstrativo como forma de ferramenta gerencial.

No Quadro 6, apresenta-se as vantagens e

desvantagens pela utilização desse demonstrativo. Ressaltando que o objetivo deste contraponto não é fazer apologias a DOAR, porém, reforçar que as empresas, embora, desobrigadas pela Lei 11.638/2007, podem utilizar esse demonstrativo como um complemento á sua tomada de decisão. E no intuito de reforçar, não apenas os benefícios oriundos da utilização da DOAR, os autores apresentam também no Quadro 1, algumas limitações ou desvantagens da DOAR para cancelar a necessidade de aliar a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) exigida pela nova Lei, com a DOAR substituída pela DFC.

Para Quintana e Mesquita (2006, p. 3) “O demonstrativo permite a identificação dos fluxos financeiros que aumentam ou reduzem o capital circulante líquido, indicando suas origens (origens dos recursos que elevaram o capital circulante líquido) e aplicações (aplicações dos recursos que diminuem o capital circulante líquido)”. De forma um pouco mais sintética, porém com foco voltado a conhecer o início do processo, o promotor das ações, Zdanowicz (1992) argumenta que a DOAR pode ser entendida como a demonstração das variações de recursos, ocorrida no período com objetivo de identificar quem financiou o quê.

Resgatando a ênfase do primeiro parágrafo desta seção em relação a visualizar a DOAR como um instrumento de apoio a decisão, autores como Pereira são enfáticos nesse sentido e reforça que:

A DOAR é um instrumento para o analista. Mostra a movimentação dos recursos em termos de variação do capital circulante líquido, detalhando as diversas fontes e aplicações de recursos que o afetaram. Através dessa demonstração, o analista pode saber se a empresa gerou recursos em suas operações, se imobilizou recursos no período, se obteve novas fontes de financiamento a longo prazo e se os acionistas fizeram novas apostas de capital (PEREIRA, 1998 p. 143).

Partindo um pouco mais para foco da geração de oportunidades de recursos de capital, existem autores que preferem ver a DOAR como necessária na identificação de novos recurso a exemplo de Marion (1998, p. 432) onde afirma

que “a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos mostra a procedência de novos recursos que ingressam na empresa durante o período contábil e que afetaram o seu circulante”. Seguindo uma linha tênue, Gozer, Gimenes e Gimenes (2004, p. 246) afirmam que “A DOAR possibilita determinar quais foram às fontes de

recursos da empresa e como esses recursos foram aplicados nas suas operações, gerando informações acerca das fontes de financiamento e qual o destino desses recursos, ou seja, suas aplicações. Evidencia também o nível de imobilização da empresa e o nível de investimentos em atividades não operacionais”.

Vantagens	
DOAR	DFC (Conforme Lei 11.638/2007)
Fornecer informações que não constam em outras demonstrações.	Existe tendência mundial de adotar o fluxo de caixa em detrimento da DOAR, pela utilização de uma linguagem comum.
Possibilita melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa.	Oferece maior facilidade de entendimento por visualizar melhor o fluxo dos recursos financeiros
Destinada a mostrar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucros.	Utiliza um conceito mais concreto, crítico em qualquer empresa, necessário no curto prazo.
Algumas obras enfatizam o seu poder preditivo. É uma demonstração mais abrangente, por representar as mutações em toda a posição financeira.	É necessário para prever problemas de insolvência e, portanto, avaliar o risco, o caixa e os dividendos futuros.
Possui capacidade analítica maior que o fluxo de caixa, principalmente de longo prazo.	
Desvantagens	
DOAR	DFC (Conforme Lei 11.638/2007)
Depende da conceituação do circulante, o que pode prejudicar sua capacidade analítica.	Não existe consenso sobre qual o conceito de caixa utilizar. Uns autores aconselham caixa e bancos; outros consideram também títulos de curto prazo. O conceito de equivalente foi proposto em diversas legislações de outros países.
Não é fundamentalmente financeiro, aceita ativos não monetários, como os estoques e as despesas antecipadas.	Apresenta volume de informação menor que a DOAR.
O resultado é afetado pelo método de avaliação de ativos não monetários.	A atração pelo Fluxo de Caixa pode levar ao processo de window dressing dessa demonstração. Não obstante a crença contrária, o fluxo de caixa é manipulável.
Apresenta modificações internas no Capital Circulante Líquido de forma residual.	Existe tendência de utilização do fluxo de caixa pelo método indireto, apesar desta metodologia não ser a mais recomendada.
Alguns autores acham sua denominação inadequada, sugerindo a substituição da nomenclatura para "Demonstração das Modificações na Posição Financeira".	
Seu uso não tem sido pesquisado de forma científica, inclusive nos países de pesquisa contábil desenvolvida.	
Enquanto a DRE obteve aceitação consagrada, o mesmo não aconteceu com a DOAR.	
É uma demonstração que apresenta dificuldades de entendimento aos usuários, principalmente por trabalhar com o conceito abstrato de capital de giro líquido ou folga financeira de curto prazo.	

#### **Quadro 6 - Comparativo entre DOAR e DFC (Conforme Lei 11.638/2007)**

Fonte: Adaptado de Gangoni et al. (1997) apud RAMOS et al. (2004, p. 230).

A demonstração das origens e aplicações de recurso (DOAR) assim como a demonstração do fluxo de caixa (DFC) tem objetivo evidenciar situação financeira da empresa abarcando quais os recursos, de onde vieram e para onde foram. Para Azevedo e Araujo (2004, p. 364) “A DOAR

tem como objetivo acompanhar o balanço na evidenciação das informações de natureza financeira, apresentando a origem e a aplicação dos recursos movimentados pela entidade”. O fato é que a DOAR embora, desobrigada pela Lei 11.638/2007 é um importante complemento às

empresas para fins gerenciais conforme a visão de vários autores apresentadas nesse contraponto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente artigo teve como objetivo apresentar as diferenças existentes entre a Lei 6.404/1976 e o modelo proposto por Braga (2006) no que tange a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), por meio de uma perspectiva teórica ilustrativa, demonstrando sua utilização para fins gerenciais, fazendo um contraponto com a Lei 11.638/2007. Como mencionado anteriormente, o objetivo surgiu do interesse em apresentar por meio de uma simples simulação, a riqueza dessa demonstração contábil, bem como a facilidade de sua análise.

Das principais diferenças, destaca-se o campo das origens. Braga (2006) complementa a Lei 6.404/1976 ao ajustar o lucro das operações com os fatos contábeis que alteram os grupos não circulantes com reflexos nas contas de resultado. Nas origens das Operações demonstrada pela Lei 6.404/1976, o valor do lucro ajustado apresentou \$ 600,00, enquanto que pelo modelo Braga (2006), o valor foi de \$ 570,00. Logo, a diferença prende-se ao fato de que o primeiro sistema deixou de registrar os ajustes referentes às variações monetárias passivas e o lucro obtido na venda de bens do Imobilizado que distorce o valor do lucro ajustado.

Quanto às outras diferenças foram visualizadas nas duas demonstrações contábeis. No que tange a diferença entre os modelos referente à venda do Imobilizado consiste em: o primeiro modelo apresenta erroneamente o valor líquido de \$ 70,00 correspondente a diferença entre aquisição e a depreciação registrada no Balanço. Já o segundo modelo, considera o valor que realmente ingressou no Ativo Circulante \$ 150,00, e considera também o lucro apurado na venda como uma redução nas origens das operações que resulta na correta demonstração do valor ingressado no Circulante, bem como o valor verdadeiro do lucro ajustado.

Já nas diferenças entre as origens de Terceiros, pela Lei 6.404/1976, nota-se que o valor referente aos ingressos provenientes de financiamentos representa o valor de \$120,00. Conforme demonstrado no modelo Braga (2006), esse valor não se justifica, pois os recursos realmente ingressados na empresa provenientes de Terceiros correspondem a \$ 100,00. Outro erro consiste na consideração da venda ocorrida no Imobilizado no valor de \$ 70,00 como uma origem de Terceiros, que na verdade, nada mais é do que uma origem proveniente da alienação de um ou mais bens pertencentes à empresa.

Outros equívocos são evidenciados pela falta do registro da reclassificação para o Passivo Circulante no valor de \$ 30,00 que deverão ser pagos no próximo exercício e a ausência do registro das variações monetárias passivas no valor de \$ 50,00 que alterou o lucro operacional. Neste sentido, o total das origens apresentadas no modelo seguido pela Lei 6.404/1976 importa em \$ 790,00 que difere do modelo segundo Braga (2006) que resultou na importância de \$ 1.020,00. Destaca-se ainda que o valor de \$ 1.020,00 se justifica pelas origens do Ativo que são: Reclassificação do Ativo realizável a Longo Prazo e baixa na venda de bens do Imobilizado.

Em relação ao contraponto realizado no item 4.4, observa-se comparativamente com as discussões já explanadas nas considerações finais a importância da DOAR. E que embora, pela Lei 11.638/2007 esse demonstrativo cedeu lugar a DFC, nem por isso deixou de ser importante no auxílio como ferramenta gerencial. Importa ressaltar que não é objetivo desta pesquisa trazer à discussão qual demonstrativo é mais importante ou a superioridade de um demonstrativo sobre o outro, porém, a utilização de ambos complementando-se, um ao outro, como ferramenta gerencial.

Assim, por meio dessa pesquisa se pode inferir que a Lei 6.404/1976 possui inúmeras lacunas no que tange as regras para a elaboração da Demonstração das Origens e aplicações de Recursos. Dentre as inúmeras razões da não obrigatoriedade da DOAR publicada através da Lei nº. 11.638/2007, é permitido supor que uma delas surgiu devido ao fato de que os dados apresentados segundo a Lei 6.404/1976, são



divergentes do que ocorre nos registros contábeis entre dois períodos. E por fim, conclui-se que o levantamento bibliográfico a respeito da variação do capital circulante líquido permitiu perceber que existe um consenso entre os autores pesquisados no que se refere ao conceito de capital circulante líquido.

Recomenda-se para futuras pesquisas a aplicação deste estudo em uma empresa real, para ver, se essas diferenças encontradas pelo modelo idealizado para esta pesquisa hipotética, porém, didático-ilustrativa se confirma.

## REFERÊNCIAS

ALAVI, M.; CARLSON, P. A Review os MIS Research and Disciplinary Development. **Journal of Management Systems**. Spring, v. 8, n. 4, p. 45-62, 1992.

AZEVEDO, T. C.; ARAUJO, F. S. A Evidenciação das Informações Contábeis das OSCIPS (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) Instaladas em Feira de SANTANA/BA. In XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos/SP. **Anais...** Santos: 2004. CD-ROM.

BARBIERI, GERALDO **Fluxo de Caixa**. Modelos para Bancos Múltiplos. São Paulo: FEA/USP, 1995. p. 262.

BEUREN, ILSE. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRAGA, HUGO DA ROCHA. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária**: Lei nº 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações

financeiras. In: CONGRESSO NACIONAL. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legislação>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI)**. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades. 4ª ed. Atlas: São Paulo, 1994.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI)**. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades. 7. ed. Atlas: São Paulo, 1999.

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI)**. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades (SUPLEMENTO). Atlas: São Paulo, 2008.

GOUVEIA, Nélon. **Demonstração das origens e aplicações de recursos**. São Paulo: Atlas, 1979.

GOZER, I. C.; GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. A Importância da Demonstração das Origens e Aplicações De Recursos (Doar) na Apuração do Autofinanciamento em Cooperativas Agropecuárias: Uma Investigação Empírica. In XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos/SP. **Anais...** Santos:2004. CD-ROM.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. Atlas, São Paulo, 2004.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica. São Paulo: Atlas, 1985.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 28	n. 2	p. 42-58	maio / agosto 2009
------------------	--------------	-------	------	----------	--------------------

Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA FILHO, Antonio Dias. O modelo dinâmico de gestão financeira de empresas: procedimentos de operacionalização. **Revista Contabilidade: Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 9 n. 4, dez. 1998.

QUINTANA, A. C.; MESQUITA, D. P. Análise da forma de estruturação das demonstrações contábeis nas empresas. **Revista do CRC do Rio Grande do Sul**, n. 2, nov. de 2006.

RAMOS, E. J. S. et al. A Evolução da Lei das Sociedades Anônimas. In XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos/SP. **Anais...** Santos: 2004. CD-ROM.

REBOUÇAS, Lucia. Lei contábil esta próxima do padrão internacional. **Gazeta Mercantil**. Disponível em: <http://news.finance.yahoo.com/080320/31/gjddz.html>. Acesso em: 3 nov. 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ZDANOWICZ, J. E. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 5. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1992.

#### **Endereço dos Autores:**

Rua Jornalista Tito Carvalho, 101  
Bloco B1-2, Apto. 104  
Bairro Trindade  
Florianópolis – SC – Brasil  
88040-480